



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ**  
**DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAPÁ – DETRAN/AP**



Colégio  
00001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Dezembro/2022

**Concurso Público para provimento de cargos de**  
**Analista Jurídico em Trânsito**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Estudo de Caso

**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Quem não encontra a felicidade em si mesmo, é inútil procurá-la em outro lado.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
  - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Estudo de Caso a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 01 a 12, leia a crônica **O lendário país do recall**, de Moacyr Scliar.

1. Leitora manda boneca para *recall* e não a recebe de volta. Como explicar para uma criança que seus brinquedos foram embora há três meses e não voltaram? (Cotidiano, 25/02/2008)
2. *“Minha querida dona: quem lhe escreve sou eu, a sua fiel e querida boneca, que você não vê há três meses. Sei que você sente muitas saudades, porque eu também sinto saudades de você. Lembro de você me pegando no colo, me chamando de filhinha, me dando papinha... Você era, e é, minha mãezinha querida, e é por isso que estou lhe mandando esta carta, por meio do cara que assina esta coluna e que, sendo escritor, acredita nas coisas da imaginação.*
3. *Posso lhe dizer, querida, que vivi uma tremenda aventura, uma aventura que em vários momentos me deixou apavorada. Porque tive de viajar para o distante país do recall. Aposto que você nem sabia da existência desse lugar; eu, pelo menos, não sabia. Para lá fui enviada. Não só eu: bonecas defeituosas, ursinhos idem, eletrodomésticos que não funcionavam e peças de automóvel quebradas. Nós todos ali, na traseira de um gigantesco caminhão que andava, andava sem parar. Finalmente chegamos, e ali estávamos, no misterioso e, para mim, assustador país do recall. Um homem nos recebeu e anunciou, muito secamente, que o nosso destino em breve seria traçado: as bonecas que tivessem conserto seriam consertadas e mandadas de volta para os donos; quanto tempo isso levaria era imprevisível, mas três meses era o mínimo. Uma boneca que estava do meu lado, a Liloca, perguntou, com os olhos arregalados, o que aconteceria a quem não tivesse conserto. O homem não disse nada, mas seu sorriso sinistro falava por si.*
4. *Passamos a noite num enorme pavilhão destinado especialmente às bonecas. Éramos centenas ali, algumas com probleminhas pequenos (um braço fora do lugar, por exemplo), outras já num estado lamentável. Estava muito claro que para várias de nós não haveria volta.*
5. *Naquela noite conversei muito com minha amiga Liloca – sim, querida dona, àquela altura já éramos amigas. O infortúnio tinha nos unido. Outras bonecas juntaram-se a nós e logo formamos um grande grupo. Estávamos preocupadas com o que poderia nos suceder. De repente a Liloca gritou: ‘Mas gente, nós não somos obrigados a aceitar isso! Vamos fazer alguma coisa!’. Nós a olhamos, espantadas: fazer alguma coisa? Mas fazer o quê? Liloca tinha uma resposta: vamos tomar o poder. Vamos nos apossar do país do recall.*
6. *No começo aquilo nos pareceu absurdo. Mas Liloca sabia do que estava falando. A mãe da dona dela tinha sido uma militante revolucionária e sempre falava nisso, na necessidade de mudar o mundo, de dar o poder aos mais fracos. Ora, dizia Liloca, ninguém mais fraco do que nós, pobres, desamparados e defeituosos brinquedos. Não deveríamos aguardar resignadamente que decidissem o que fazer com a gente.*
7. *De modo, querida dona, que estamos aqui preparando a revolução. Breve estaremos governando o país do recall. Mas não se preocupe, eu a convidarei para me visitar. Você poderá vir a qualquer hora. E não precisará de recall para isso.”*

(Adaptado de: Moacyr Scliar. **Histórias que os jornais não contam**. Porto Alegre: L&PM, 2018)

1. Na construção de sua crônica, Moacyr Scliar recorre fundamentalmente à seguinte figura de linguagem:
  - (A) hipérbole.
  - (B) eufemismo.
  - (C) personificação.
  - (D) antítese.
  - (E) pleonasma.
2. A reação inicial das demais bonecas à proposta de Liloca de tomarem o poder no país do *recall* foi de
  - (A) entusiasmo.
  - (B) descrença.
  - (C) rancor.
  - (D) zombaria.
  - (E) solidariedade.



3. O termo que qualifica o substantivo na expressão *grande grupo* (5º parágrafo) tem sentido oposto àquele que qualifica o substantivo em
- (A) *sorriso sinistro* (3º parágrafo).
  - (B) *tremenda aventura* (3º parágrafo).
  - (C) *gigantesco caminhão* (3º parágrafo).
  - (D) *estado lamentável* (4º parágrafo).
  - (E) *probleminhas pequenos* (4º parágrafo).
- 

4. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:
- (A) *De modo, querida dona, que estamos aqui preparando a revolução.* (7º parágrafo).
  - (B) *Minha querida dona: quem lhe escreve sou eu, a sua fiel e querida boneca, que você não vê há três meses.* (2º parágrafo).
  - (C) *Mas gente, nós não somos obrigados a aceitar isso!* (5º parágrafo).
  - (D) *Não deveríamos aguardar resignadamente que decidissem o que fazer com a gente.* (6º parágrafo).
  - (E) *Leitora manda boneca para recall e não a recebe de volta.* (1º parágrafo).
- 

5. Liloca disse: Nós não somos obrigadas a aceitar isso.  
Ao ser transposto para o discurso indireto, o texto acima assume a seguinte redação:
- (A) Liloca disse que elas não eram obrigadas a aceitar aquilo.
  - (B) Liloca disse: – Elas não eram obrigadas a aceitar aquilo.
  - (C) Liloca disse que elas não são obrigadas a aceitar aquilo.
  - (D) Liloca disse: – Elas não seriam obrigadas a aceitar aquilo.
  - (E) Liloca disse que elas não foram obrigadas a aceitar aquilo.
- 

6. *No começo aquilo nos pareceu absurdo. Mas Liloca sabia do que estava falando. A mãe da dona dela tinha sido uma militante revolucionária e sempre falava nisso, na necessidade de mudar o mundo, de dar o poder aos mais fracos.* (6º parágrafo)

No trecho acima, a narradora-personagem relata fatos ocorridos no passado. Um fato anterior a esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal:

- (A) *sabia.*
  - (B) *pareceu.*
  - (C) *tinha sido.*
  - (D) *estava falando.*
  - (E) *falava.*
- 
7. *O homem não disse nada, mas seu sorriso sinistro falava por si.* (3º parágrafo)
- Em relação à oração que a antecede, a oração sublinhada expressa ideia de
- (A) comparação.
  - (B) consequência.
  - (C) causa.
  - (D) oposição.
  - (E) condição.
- 

8. Exerce a função sintática de sujeito o elemento sublinhado em:
- (A) *you sente muitas saudades* (2º parágrafo).
  - (B) *aquilo nos pareceu absurdo* (6º parágrafo).
  - (C) *Para lá fui enviada* (3º parágrafo).
  - (D) *Passamos a noite num enorme pavilhão* (4º parágrafo).
  - (E) *Breve estaremos governando o país* (7º parágrafo).
-



9. Verifica-se o emprego de vírgulas para separar um vocativo no seguinte trecho:
- (A) *Uma boneca que estava do meu lado, a Liloca, perguntou, com os olhos arregalados, o que aconteceria a quem não tivesse conserto.*
  - (B) *Aposto que você nem sabia da existência desse lugar; eu, pelo menos, não sabia.*
  - (C) *Nós todos ali, na traseira de um gigantesco caminhão que andava, andava sem parar.*
  - (D) *De modo, querida dona, que estamos aqui preparando a revolução.*
  - (E) *Ora, dizia Liloca, ninguém mais fraco do que nós, pobres, desamparados e defeituosos brinquedos.*

10. O homem não disse nada (3º parágrafo)

Ao se transpor o trecho acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- (A) foi dito.
  - (B) diria.
  - (C) dissera.
  - (D) teria dito.
  - (E) seria dito.
11. É invariável quanto a gênero e a número o termo sublinhado em:
- (A) *vivi uma tremenda aventura.*
  - (B) *quem lhe escreve sou eu.*
  - (C) *eu também sinto saudades de você.*
  - (D) *você nem sabia da existência desse lugar.*
  - (E) *Você poderá vir a qualquer hora.*

12. Estabelece relação de finalidade o termo sublinhado em:

- (A) *eu a convidarei para me visitar.*
- (B) *conversei muito com minha amiga.*
- (C) *você nem sabia da existência desse lugar.*
- (D) *Passamos a noite num enorme pavilhão.*
- (E) *Você poderá vir a qualquer hora.*

**Atenção:** Para responder às questões de números 13 e 14, leia o texto do filósofo Geoffrey Chaucer, escrito no século XIV.

*Outrora foi o mundo tão estável que I... palavra dada era obrigação. Hoje é tudo tão falso e condenável que nada II de comum entre ela e ação. Houve no mundo tal transformação que tudo se perde à falta de firmeza.*

(Adaptado de: CHAUCER, Geoffrey *apud* GIANNETTI, Eduardo. **O livro das citações**. São Paulo: Companhia das Letras 2008)

13. De acordo com o filósofo, o mundo do século XIV seria caracterizado, sobretudo, pela

- (A) previsibilidade.
- (B) preguiça.
- (C) compaixão.
- (D) melancolia.
- (E) instabilidade.

14. Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas I e II do texto devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) à – há
- (B) a – há
- (C) a – à
- (D) à – à
- (E) a – a

**Raciocínio Lógico-Matemático**

15. Os números 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 devem ser divididos em dois grupos de forma que a soma dos números de cada grupo seja a mesma. O número de maneiras distintas para fazer isso é
- (A) 4.  
(B) 5.  
(C) 3.  
(D) 6.  
(E) 2.
- 
16. Um automóvel com capacidade para 50 litros de combustível pode ser abastecido apenas com gasolina, apenas com álcool ou com uma mistura de metade álcool e metade gasolina. Se o preço do litro da gasolina é R\$ 4,50 e do álcool é R\$ 3,30, o gasto médio, em reais, para encher o tanque desse carro é
- (A) 195,00  
(B) 215,00  
(C) 205,00  
(D) 190,00  
(E) 210,00
- 
17. Em uma dieta seguida por Maria, ela pode beber em um dia: ou 9 sucos verdes, ou 2 isotônicos, ou 1 isotônico e 4 sucos verdes. Em alguns dias ela pode beber apenas água. Nos últimos 10 dias Maria bebeu um total de 30 sucos e 9 isotônicos. Nesses 10 dias, Maria só bebeu água em
- (A) 3 dias.  
(B) 2 dias.  
(C) 1 dia.  
(D) 4 dias.  
(E) 5 dias.
- 
18. Numa companhia com dez setores de atendimento, o setor que realiza 80 atendimentos semanais teve, em uma semana, um acréscimo de 30% no número de atendimentos em relação à semana anterior e os demais setores mantiveram o mesmo número de atendimentos. A variação da média semanal de atendimentos da companhia em relação à média de atendimentos da semana anterior foi:
- (A) 3 atendimentos  
(B) 1,5 atendimento  
(C) 3,2 atendimentos  
(D) 2,4 atendimentos  
(E) 2 atendimentos
- 
19. Um número de seis algarismos é formado usando os algarismos 1, 2, 3, 4, 5 e 6, cada um deles uma única vez. Os algarismos 4 e 6 ocupam a primeira e a última posição no número. A soma dos algarismos 1 e 4 com os algarismos localizados entre eles é 12 e a soma dos algarismos 6 e 5 com os algarismos localizados entre eles é 15. A soma dos dois algarismos centrais no maior número que pode ser formado desse modo é:
- (A) 7  
(B) 6  
(C) 5  
(D) 4  
(E) 3
- 
20. Uma pesquisa sobre a inclusão de arroz e feijão no cardápio do jantar foi realizada com a participação de 40 funcionários. Dentre os que se manifestaram, a inclusão de arroz no cardápio foi aprovada por 23 funcionários e a opção de feijão no cardápio aprovada por 12 funcionários. O número de funcionários que não se manifestaram é o dobro do número de funcionários que aprova a inclusão de arroz e feijão no cardápio do jantar. O número de funcionários que provam a inclusão de somente arroz ou somente feijão no cardápio é:
- (A) 15  
(B) 18  
(C) 8  
(D) 20  
(E) 25

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. É compatível com a Constituição Federal, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, lei estadual que
- (A) estabelece a obrigatoriedade de equipar os ônibus utilizados no transporte coletivo intermunicipal com dispositivos redutores de estresse para motoristas e cobradores.
  - (B) condiciona a liberação de veículo apreendido ao pagamento de multas e demais encargos decorrentes de infração de transporte irregular de passageiros.
  - (C) autoriza a apreensão de veículos de transporte coletivo de passageiros encontrados em situação irregular.
  - (D) torna obrigatória, sob pena de multa, a iluminação interna dos veículos fechados, no período noturno, quando se aproximem de barreira policial.
  - (E) impõe restrições ao trânsito de veículos transportando cargas vivas nas rodovias e áreas portuárias localizadas no território estadual, visando à proteção dos animais.
- 
22. Servidor público de autarquia integrante da administração indireta estadual pretende candidatar-se, no próximo pleito, a mandato eletivo municipal. Em conformidade com a disciplina constitucional da matéria, se eleito, referido servidor
- (A) deverá exonerar-se do cargo na autarquia, pois não se admite a acumulação de cargo efetivo com exercício de mandato eletivo.
  - (B) deverá exonerar-se do cargo na autarquia, pois não se admite a acumulação de cargo efetivo com exercício de mandato eletivo quando sejam de esferas distintas da federação.
  - (C) poderá exercer simultaneamente o cargo e o mandato, seja de Prefeito ou Vereador, desde que haja compatibilidade de horários, e perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do mandato eletivo.
  - (D) será afastado do cargo na autarquia, se investido no mandato de Prefeito, cabendo-lhe optar por sua remuneração e mantendo-se filiado ao regime próprio de previdência social do ente federativo de origem, se dele for segurado.
  - (E) será afastado do cargo na autarquia, se investido no mandato de Vereador, e perceberá as vantagens de seu cargo, contando-se o seu tempo de serviço para todos os efeitos legais.
- 
23. Determinado servidor público foi contratado pelo prazo de um ano, previsto em lei, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, junto a órgão da Administração direta estadual. Ao término do contrato, ajuizou ação, perante a Justiça do Trabalho, pleiteando que o Estado fosse condenado ao pagamento de décimo terceiro salário e férias acrescidas do terço constitucional, que não havia recebido, relativamente ao período trabalhado. Nesse caso, diante da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o interessado
- (A) terá direito às verbas pretendidas, se houver expressa previsão legal ou contratual nesse sentido, mas a Justiça do Trabalho não é competente para o processamento e julgamento da ação.
  - (B) terá direito às verbas pretendidas, se houver expressa previsão legal ou contratual nesse sentido, sendo a Justiça do Trabalho competente para o processamento e julgamento da ação.
  - (C) não tem direito às verbas pretendidas, em hipótese alguma, pois são asseguradas aos servidores ocupantes de cargo efetivo, mas não aos temporários, ademais de a Justiça do Trabalho não ser competente para o processamento e julgamento da ação.
  - (D) não tem direito às verbas pretendidas, em hipótese alguma, pois são asseguradas aos servidores ocupantes de cargo efetivo, mas não aos temporários, embora a Justiça do Trabalho seja competente para o processamento e julgamento da ação.
  - (E) somente teria direito às verbas pretendidas se houvesse sucessivas e reiteradas renovações ou prorrogações contratuais, desvirtuando a natureza da contratação temporária pela Administração, o que, no entanto, não se configura no caso.
- 
24. Determinada lei estadual estabelece que o servidor público estadual poderá acompanhar, pessoalmente, o processo administrativo disciplinar contra ele instaurado, não sendo exigido que o faça por intermédio de advogado. Referida previsão legal foi objeto de ação direta de inconstitucionalidade, proposta pelo Procurador-Geral da República, e de ação declaratória de constitucionalidade, ajuizada pelo Governador do Estado, ambas perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Considerados esses elementos à luz da disciplina normativa pertinente e da jurisprudência do STF:
- I. A ação direta de inconstitucionalidade é admissível, quanto ao objeto, à legitimidade para a propositura e à competência para julgamento.
  - II. A ação declaratória de constitucionalidade será admissível, quanto ao objeto, se demonstrada a existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da lei, e quanto à legitimidade, se demonstrada pertinência temática.
  - III. No mérito, não há ofensa à Constituição na previsão legal combatida.
  - IV. A previsão legal poderá ser objeto, ainda, de reclamação, de competência originária do Supremo Tribunal Federal, por versar sobre matéria tratada em súmula vinculante.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) I e III.
  - (C) I, II e IV.
  - (D) II, III e IV.
  - (E) III e IV.



25. Debate-se, no âmbito de determinada administração estadual, a criação de procedimentos voltados a assegurar agilidade em situações de iminente perigo público, que demandem a utilização de bens de propriedade privada e bens públicos pertencentes a outros entes da federação. As premissas adotadas pela administração para esse debate são as de que, nessas circunstâncias, se admite o uso de bens privados e públicos, independentemente de consentimento prévio do particular ou do outro ente federativo, ou mesmo de autorização judicial, devendo ser apenas assegurada indenização posterior, ao particular, em caso de dano. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as premissas da administração estadual estão corretas
- (A) tanto em relação ao uso da propriedade privada, quanto dos bens públicos de outros entes federativos.
  - (B) apenas em relação ao uso da propriedade privada.
  - (C) apenas em relação ao uso de bens públicos de outros entes federativos.
  - (D) em relação ao uso da propriedade privada, quanto à desnecessidade de consentimento prévio ou de autorização judicial, mas não quanto à indenização.
  - (E) em relação ao uso de bens públicos de outros entes federativos, quanto à desnecessidade de consentimento prévio, mas não quanto à de autorização judicial.
- 
26. Acerca dos bens públicos, em razão da sua classificação são considerados bens
- (A) de uso para fruição os edifícios ou terrenos pertencentes à Administração Pública, uma vez que qualquer um do povo pode deles usufruir sem prévia autorização.
  - (B) dominicais aqueles pertencentes às pessoas jurídicas de direito público e às igrejas.
  - (C) de uso especial as rodovias pedagiadas, pois para delas fazer uso há necessidade de recolher a tarifa exigida pelo seu uso.
  - (D) de uso acessório aqueles que não se vinculam aos bens principais das pessoas jurídicas de direito público.
  - (E) de uso comum do povo os rios, mares, estradas, ruas e praças.
- 
27. A prestação de serviços públicos incumbidos constitucionalmente à Administração, na forma da lei, pode operar-se
- (A) indiretamente ou sob regime de concessão ou permissão, independentemente de licitação.
  - (B) diretamente ou sob regime de autorização, sempre por meio de licitação.
  - (C) diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, ambas precedidas de licitação.
  - (D) indiretamente ou sob regime de concessão ou permissão, esta última sem necessidade de licitação.
  - (E) diretamente ou sob regime de concessão, vedada a mera permissão.
- 
28. Acerca da responsabilidade civil da administração, a reparação do dano ocorrerá na seguinte hipótese:
- (A) Apenas as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos causados a terceiros.
  - (B) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público responderão pelos danos causados a terceiros.
  - (C) Tanto as pessoas jurídicas de direito público quanto os seus agentes, estes últimos de forma direta, responderão pelos danos causados a terceiros.
  - (D) Os agentes integrantes da Administração Pública responderão, regressivamente, pelos danos causados a terceiros, desde que tenham agido exclusivamente com dolo.
  - (E) Os agentes integrantes da Administração Pública responderão, regressivamente, pelos danos causados a terceiros, desde que tenham agido exclusivamente com culpa.
- 
29. Quanto ao poder de polícia na Administração Pública, é correto afirmar:
- (A) O poder de polícia constitui a atividade estatal concernente a limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.
  - (B) O poder de polícia tem por fundamento a supremacia do interesse privado sobre o interesse público, pois a Constituição Federal garante a liberdade como direito fundamental do cidadão.
  - (C) O poder de polícia não detém o atributo da autoexecutoriedade, uma vez que é necessário recorrer-se previamente ao Poder Judiciário para colocar em prática as suas decisões.
  - (D) Os motivos que dão ensejo ao exercício do poder de polícia não necessitam obedecer aos limites traçados na lei, já que se trata de ato eminentemente discricionário.
  - (E) O objeto que dá ensejo ao exercício do poder de polícia não necessita obedecer aos limites traçados na lei, porquanto se trata de ato eminentemente discricionário.



30. O Código Civil, ao tratar da capacidade da pessoa, considera incapazes, relativamente a certos atos ou a maneira de os exercer, aqueles que, entre outros:
- I. por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
  - II. são ébrios eventuais submetidos a tratamento e pródigos.
  - III. são maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
  - IV. são menores de dezesseis anos e os idosos, ainda que possam exprimir sua vontade.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) II e III.
  - (B) I e III.
  - (C) III e IV.
  - (D) I e II.
  - (E) II e IV.
- 
31. O negócio jurídico, para que seja considerado válido, requer agente
- (A) capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
  - (B) capaz, objeto possível e forma livre.
  - (C) relativamente capaz, objeto lícito e possível e formalização por escritura pública em todas as suas modalidades.
  - (D) capaz, somente objeto determinado e observância do princípio da boa-fé.
  - (E) relativamente capaz, forma prescrita ou não defesa em lei e respeito aos usos e costumes do lugar da celebração.
- 
32. De acordo com o Código Civil, nas relações contratuais privadas,
- (A) é possível que o contrato tenha por objeto herança, ainda que viva a pessoa.
  - (B) as cláusulas ambíguas, no contrato de adesão, serão nulas de pleno direito.
  - (C) não é permitido às partes, em nenhuma hipótese, a celebração de contratos atípicos.
  - (D) prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.
  - (E) a proposta, feita sem prazo, obriga o proponente, mesmo quando não for imediatamente aceita pela pessoa presente.
- 
33. A obrigação de indenizar surge quando a prática de um ato ilícito causar dano a outrem. Diante disso, é correto afirmar que a indenização
- (A) será definida sempre em moeda corrente, vedada a possibilidade de ajuste de prestação de outra espécie.
  - (B) será fixada tendo-se em conta a gravidade da culpa do autor do ato ilícito, sendo totalmente irrelevante a concorrência culposa da vítima para o evento danoso.
  - (C) mede-se pela extensão do dano e, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzi-la equitativamente.
  - (D) não será devida quando a obrigação for indeterminada ou quando não for possível definir o valor do dano na forma da lei processual.
  - (E) será limitada à restituição da coisa obtida por usurpação ou esbulho, não sendo exigida a reparação por eventuais deteriorações e por lucros cessantes.
- 
34. Segundo o que estabelece o Código de Processo Civil, é competente o foro
- (A) de domicílio do réu, apenas, para a ação de reparação de danos sofrido em razão de acidente de veículos.
  - (B) de situação de qualquer um dos bens imóveis deixados pelo autor da herança, se este não possuía domicílio certo.
  - (C) do local do fato para a ação de divórcio, separação e anulação de casamento.
  - (D) do Distrito Federal para as causas em que seja autora a União.
  - (E) de domicílio de seu representante ou assistente nos casos em que o ausente for réu.
- 
35. Considere que serão representados em juízo, ativa e passivamente:
- I. a União, pelo Procurador-Geral da República, diretamente ou mediante órgão vinculado.
  - II. o Estado e o Distrito Federal, por seus procuradores.
  - III. o condomínio, pelo administrador ou síndico.
  - IV. a massa falida, pelo invariante.
- De acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil, em relação às partes e seus procuradores, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
  - (B) I e IV.
  - (C) I e II.
  - (D) III e IV.
  - (E) I, II e III.





36. Segundo o que estabelece o Código de Processo Civil acerca da sentença e da coisa julgada,
- (A) é defeso ao juiz reconhecer de ofício a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada.
  - (B) haverá resolução de mérito quando o juiz homologar a desistência da ação.
  - (C) oferecida a contestação, o autor poderá, ainda que sem o consentimento do réu, desistir da ação, por ser ele o titular do processo.
  - (D) oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu.
  - (E) o pronunciamento judicial que não resolve o mérito sempre impede a parte de propor novamente a ação.
- 
37. De acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil acerca dos recursos,
- (A) o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.
  - (B) o recorrente poderá, a qualquer tempo, desde que com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
  - (C) a parte poderá recorrer ainda que aceite expressa ou tacitamente a decisão.
  - (D) dos despachos caberá recurso.
  - (E) sendo vencidos autor e réu, ao recurso interposto de apelação, especial ou extraordinário, por qualquer deles poderá aderir o outro.
- 
38. Considere, à luz da disciplina constitucional das limitações ao poder de tributar e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as seguintes situações, de incidência de:
- I. imposto sobre a propriedade territorial urbana (IPTU) relativamente a imóvel de propriedade de autarquia estadual cujo uso é cedido a particular, pessoa jurídica, para exploração de atividade econômica com fins lucrativos.
  - II. imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) relativamente a veículo adquirido mediante contrato de alienação fiduciária em que pessoa jurídica de direito público figura como devedora.
  - III. imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR) relativamente a imóvel de propriedade de sociedade de economia mista que presta, em regime de exclusividade, serviço público essencial, sem intuito lucrativo.
- A imunidade tributária recíproca
- (A) alcança todas as situações.
  - (B) alcança apenas as situações I e II.
  - (C) alcança apenas as situações I e III.
  - (D) alcança apenas as situações II e III.
  - (E) não alcança situação alguma.
- 
39. Ao disciplinar a repartição das receitas tributárias entre os entes da federação, a Constituição Federal estabelece que
- (A) pertence aos Estados e ao Distrito Federal vinte por cento do produto da arrecadação dos impostos residuais que a União instituir, mediante lei complementar, no exercício de sua competência.
  - (B) a União entregará vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.
  - (C) pertence aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, realizadas em seus territórios.
  - (D) até trinta e cinco por cento da parcela da receita do imposto sobre a propriedade dos veículos automotores pertencente aos Municípios será creditada de acordo com o que dispuser lei estadual.
  - (E) pertence aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- 
40. Determinada lei estadual estabelece que será cobrada taxa pela prestação de serviço de alteração de registro e expedição de certificado de veículo automotor, quando decorrente de transferência de propriedade, calculada segundo o tipo, a potência e o ano de fabricação do veículo. Consideradas as disposições constitucionais e legais pertinentes, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a cobrança da taxa em questão, nos termos da referida lei estadual, é
- (A) legítima, uma vez que se admite a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto.
  - (B) legítima, uma vez que, com base em indicadores de patrimônio e rendimentos do contribuinte, é graduada segundo sua capacidade econômica.
  - (C) legítima, uma vez que sua instituição decorre do regular exercício do poder de polícia e da utilização efetiva de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte.
  - (D) ilegítima, uma vez que viola a competência legislativa da União para estabelecer normas gerais em matéria tributária, mediante lei complementar.
  - (E) ilegítima, uma vez que se baseia unicamente em elementos que não guardam correlação com o serviço prestado, sendo afetos à condição da pessoa ou aos bens isoladamente considerados.



41. Ao disciplinar o imposto sobre a propriedade dos veículos automotores (IPVA), o Código Tributário do Estado do Amapá prevê que
- (A) a alíquota do imposto será de meio por cento para aeronaves e embarcações, inclusive *jet ski* e aeronaves não destinadas à atividade comercial, nacionais e estrangeiras.
  - (B) é isenta do imposto a propriedade de veículos utilizados como ambulância e no combate a incêndio.
  - (C) não se exigirá o imposto sobre veículo quando ocorrer perda total do veículo por furto, roubo ou sinistro, assegurada restituição inclusive se a perda se der após o recolhimento do tributo.
  - (D) nos casos de veículos novos, veículos importados não licenciados no país e transferência de veículos em relação aos quais não seja comprovado o recolhimento do imposto na unidade federada de origem, a base de cálculo corresponderá a um doze avos do valor venal por mês, a partir da data da ocorrência do fato gerador.
  - (E) o contribuinte é o proprietário do veículo terrestre, aquático e aéreo, sendo responsável solidariamente pelo pagamento do imposto e acréscimos legais o adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores, desde que não comunique a transferência, observado benefício de ordem.
- 
42. De acordo com o que estabelece a Resolução nº 432/2013, do CONTRAN, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas autoridades de trânsito e seus agentes na fiscalização do consumo de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência,
- (A) a fiscalização do consumo, pelos condutores de veículos automotores, de bebidas alcoólicas e de outras substâncias psicoativas que determinem dependência deve ser procedimento excepcional, cuja operação deverá ser previamente fundamentada e justificada perante os órgãos da Administração.
  - (B) se o condutor apresentar sinais de alteração da capacidade psicomotora ou haja comprovação dessa situação por meio do teste de etilômetro e houver encaminhamento do condutor para a realização do exame de sangue ou exame clínico, será necessário aguardar o resultado desses exames para fins de autuação administrativa.
  - (C) a infração administrativa de dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência, prevista no art. 165 do Código de Trânsito Brasileiro, será caracterizada por exame de sangue que apresente qualquer concentração de álcool por litro de sangue.
  - (D) a confirmação da alteração da capacidade psicomotora em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência deverá se dar exclusivamente por meio de testes, exames ou, ainda, a verificação dos sinais que indiquem a alteração da capacidade psicomotora do condutor pelas autoridades responsáveis, sendo vedada a utilização de prova testemunhal, imagem ou vídeo para tal fim.
  - (E) será facultativa a realização do exame de alcoolemia para as vítimas fatais de acidentes de trânsito.
- 
43. De acordo com o que estabelece a Resolução nº 789/2020, do CONTRAN, que dispõe sobre normas sobre o processo de formação de condutores de veículos automotores e elétricos, constitui falta eliminatória, no Exame de Direção Veicular para veículos das categorias B, C, D e E,
- (A) exceder a velocidade regulamentada para a via.
  - (B) desobedecer a sinalização da via ou ao agente da autoridade de trânsito.
  - (C) não observar as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção.
  - (D) manter a porta do veículo aberta ou semiaberta durante o percurso da prova ou parte dele.
  - (E) não sinalizar com antecedência a manobra pretendida ou sinalizá-la incorretamente.
- 
44. De acordo com o que estabelece a Resolução nº 789/2020, do CONTRAN, que dispõe sobre normas sobre o processo de formação de condutores de veículos automotores e elétricos, constitui falta média, no Exame de Direção Veicular para obtenção da ACC ou para a categoria A,
- (A) não recolher o pedal de partida ou o suporte do veículo antes de iniciar o percurso.
  - (B) colocar o motor em funcionamento, quando já engrenado.
  - (C) conduzir o veículo provocando movimento irregular sem motivo justificado.
  - (D) regular os espelhos retrovisores durante o percurso do exame.
  - (E) fazer o percurso com o farol apagado.
- 
45. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, é infração de natureza grave
- (A) utilizar-se de veículo para demonstrar ou exibir manobra perigosa, mediante arrancada brusca, derrapagem ou frenagem com deslizamento ou arrastamento de pneus.
  - (B) deixar o condutor de prestar socorro à vítima de acidente de trânsito quando solicitado pela autoridade e seus agentes.
  - (C) dirigir ameaçando os pedestres que estejam atravessando a via pública, ou os demais veículos.
  - (D) usar o veículo para arremessar, sobre os pedestres ou veículos, água ou detritos.
  - (E) confiar ou entregar a direção de veículo a pessoa que, mesmo habilitada, por seu estado físico ou psíquico, não estiver em condições de dirigi-lo com segurança.



46. Os amigos Esaú e Jacó resolveram, cada um com seu veículo, fazer compras no centro da cidade. Com medo de não conseguirem comprar tudo o que precisavam antes do fechamento dos estabelecimentos comerciais, com pressa, Esaú resolve estacionar seu automóvel em uma vaga reservada para pessoas com deficiência, sem estar inserido em tal condição, enquanto Jacó decide estacionar onde havia guia de calçada (meio-fio) rebaixada destinada à entrada ou saída de veículos. De acordo com a situação hipotética acima mencionada, e com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, em tese, Esaú e Jacó praticaram, respectivamente, infrações de natureza
- (A) gravíssima e grave.  
(B) grave e média.  
(C) grave e grave.  
(D) gravíssima e média.  
(E) média e grave.
- 
47. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, a penalidade de suspensão do direito de dirigir será imposta sempre que o infrator atingir, no período de 12 meses, a seguinte contagem de pontos:
- I.  $\dots I \dots$  pontos, caso constem duas ou mais infrações gravíssimas na pontuação.  
II.  $\dots II \dots$  pontos, caso conste uma infração gravíssima na pontuação.  
III.  $\dots III \dots$  pontos, caso não conste nenhuma infração gravíssima na pontuação.
- As lacunas I, II e III se preenchem correta e respectivamente com:
- (A) 25 – 30 – 40  
(B) 21 – 35 – 41  
(C) 20 – 30 – 40  
(D) 20 – 25 – 30  
(E) 21 – 25 – 31
- 
48. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro,
- (A) é crime punido com detenção dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação, independentemente de gerar perigo de dano.  
(B) no homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena de detenção é aumentada de 1/3 à metade, se o agente conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.  
(C) o condutor que praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor sem possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação terá sua pena aplicada em dobro.  
(D) é circunstância que sempre agrava as penalidades dos crimes de trânsito ter o condutor do veículo, ainda, que habilitado, cometido a infração sem portar a Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação.  
(E) ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, não se imporá a prisão em flagrante, nem se exigirá fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela.
- 
49. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro,
- (A) a educação para o trânsito será promovida exclusivamente na pré-escola e nas escolas de 1º grau, por meio de ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito.  
(B) na sinalização de trânsito, as normas de circulação e outros sinais prevalecem sobre as ordens do agente de trânsito.  
(C) as sanções previstas no Código de Trânsito Brasileiro serão sempre aplicadas por inobservância à sinalização de trânsito ainda que esta seja insuficiente.  
(D) o ciclista desmontado empurrando a bicicleta equipara-se ao pedestre em direitos e deveres.  
(E) nos locais em que houver sinalização semafórica de controle de passagem será dada preferência aos veículos que não tenham concluído a travessia, mesmo em caso de mudança do semáforo liberando a passagem dos pedestres.
- 
50. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro,
- (A) as placas com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional somente serão usadas pelos veículos de representação pessoal do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e dos Governadores dos Estados.  
(B) no caso de transferência de propriedade, o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de Veículo é de 60 dias, sendo que nos demais casos as providências deverão ser imediatas.  
(C) todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semirreboque, inclusive de uso bélico, deve ser registrado perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no Município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da lei.  
(D) os veículos de propriedade da União, dos Estados e do Distrito Federal, devidamente registrados e licenciados, independentemente da finalidade de seu uso, poderão usar placas particulares, obedecidos os critérios e limites estabelecidos pela legislação que regulamenta o uso de veículo oficial.  
(E) o registro dos tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas será efetuado, sem ônus, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente ou mediante convênio.



**PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO**

**Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 9: 9.3 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de quatro questões, para as quais o candidato deverá apresentar, por escrito em Língua Portuguesa, as respostas. O tema versará sobre conteúdo pertinente a Conhecimentos Específicos, conforme programa constante do Anexo III deste Edital, adequados às atribuições, relacionadas no Anexo II, do Cargo para o qual o candidato se inscreveu. 9.3.1 As Prova Discursiva-Estudo de Caso avaliarão o domínio dos temas abordados, consideradas a coesão, a coerência e a argumentação, a experiência prévia do candidato e a adequação às atribuições do Cargo. 9.3.2 A grade de correção/máscara de critérios contendo a abordagem/requisitos de respostas definida pela Banca Examinadora, as respostas apresentadas pelo candidato e a pontuação obtida pelo candidato serão divulgadas por ocasião da Vista da Prova Discursiva-Estudo de Caso. 9.4 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos de 10 (dez) linhas e máximo de 20 (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova. 9.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Estudo de Caso a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.6 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: a) for assinada fora do local apropriado; b) apresentar, no Caderno de Resposta Definitiva, qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos etc.); c) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; d) for escrita a lápis, em parte ou na totalidade; e) estiver em branco; f) apresentar abordagem insuficiente ou incorreta do conteúdo solicitado; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou à questão prática proposta; i) deixar de atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 9.7 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. 9.8 A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório. Cada uma das questões será avaliada na escala de 0 (zero) a 25 (vinte e cinco) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido, na soma das notas das quatro questões, pontuação igual ou superior a 50 (cinquenta).

**QUESTÃO 1 (VALOR 25,00)**

O Departamento de Trânsito de determinado Estado da Federação publica um edital visando à realização de concurso público para o provimento de 100 cargos efetivos em diversas áreas. Dentre os itens do edital, há regras estabelecendo que:

- I. há obrigatoriedade de o candidato ser brasileiro nato para o provimento dos cargos de analista.
- II. apenas os atuais servidores ocupantes dos cargos de nível médio do próprio Departamento de Trânsito poderão participar da seleção para as vagas relativas aos cargos de nível superior.
- III. não será permitida a participação de candidatos que estejam respondendo a inquérito ou ação penal.
- IV. o limite de idade para os candidatos é de no máximo 30 anos, completos até a data da inscrição no concurso público.

Diante da situação hipotética acima mencionada e levando-se em conta a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, responda fundamentadamente:

- a. É cabível a exigência de ser o candidato brasileiro nato para o cargo de analista?
- b. É cabível a restrição imposta ao acesso aos cargos de nível superior?
- c. É admissível o impedimento à participação de candidatos que estejam respondendo a inquérito ou ação penal?
- d. É admissível a exigência de limite de idade formulada no edital?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	



**QUESTÃO 2 (VALOR 25,00)**

Verônica, recentemente, adquiriu uma nova propriedade para a qual pretende se mudar. Para tanto, algumas reformas são necessárias, entre elas, a pintura externa do imóvel. Diante disso, optou por recorrer a seu velho conhecido, Mário, que há muitos anos exerce a profissão de pintor.

Após as negociações, Mário concordou em pintar a parte externa da casa pelo preço de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), porém informou Verônica que, diante da alta demanda por seus serviços, apenas começaria os trabalhos na semana seguinte, e que a pintura ficaria pronta em 30 dias após o início. Ainda, Mário solicitou o adiantamento do valor acima mencionado para aquisição dos materiais e ferramentas necessários. Verônica, que não viu problema no pedido de Mário, concordou prontamente e realizou o depósito do valor integral solicitado.

De forma a oficializar o quanto acordado, ambos elaboraram um contrato de prestação de serviços, no qual Mário estaria obrigado a realizar o serviço de pintura dentro do prazo e Verônica, a pagar o valor combinado de forma adiantada, instrumento este que foi assinado somente pelos dois contratantes.

Para a surpresa de Verônica, mesmo tendo ela efetuado o pagamento avençado, Mário não compareceu para iniciar os trabalhos na data combinada, tampouco concluiu o serviço no prazo acordado.

Pergunta-se:

- a. Sabendo que Verônica não tem pretensão de recuperar o valor pago, mas sim que Mário cumpra sua obrigação contratual, qual o nome da ação pelo procedimento especial da qual ela poderá se socorrer? Justifique.
- b. Qual forma de defesa poderá Mário apresentar quando citado para a ação proposta por Verônica, e qual o prazo para fazê-lo? Qual a extensão da matéria de defesa que poderá ser alegada por ele?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**QUESTÃO 3 (VALOR 25,00)**

A Resolução CONTRAN nº 918, de 28 de março de 2022, consolida as normas sobre procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). À luz do que estabelece a referida resolução:

- a. O que é o Auto de Infração de Trânsito (AIT), Notificação da Autuação (NA) e Notificação da Penalidade (NP)?
- b. Em se tratando de infrações de natureza leve ou média, qual penalidade a autoridade de trânsito deverá aplicar?
- c. Onde será efetuado o pagamento das multas de trânsito?
- d. É possível o pagamento parcelado da pena de multa por cartão de crédito?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**QUESTÃO 4 (VALOR 25,00)**

O artigo 265, da Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, dispõe que *As penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação serão aplicadas por decisão fundamentada da autoridade de trânsito competente, em processo administrativo, assegurado ao infrator amplo direito de defesa.*

Diante disso,

- a. Qual a diferença entre suspensão do direito de dirigir e cassação do documento de habilitação?
- b. Quais são as consequências advindas da suspensão e da cassação?
- c. Em que hipóteses poderá ocorrer a suspensão do direito de dirigir?
- d. Em que hipóteses poderá ocorrer a cassação do direito de dirigir?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO